

RESOLUÇÃO Nº 212/2021-CPJ

Altera a Resolução nº 104/2015-CPJ, que define as atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 104/2015-CPJ, que define as atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 4º.....
.....

ÁREA CRIMINAL

.....
I.I) Integram o Núcleo de Atuação Judicial Criminal as 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 19ª, 20ª, 23ª, 25ª e 27ª Promotorias de Justiça, com as seguintes atribuições:

.....
I.VI) Integram o Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher as 15ª, 16ª, 22ª e 26ª Promotorias de Justiça, com as seguintes atribuições:

a) Às 15ª e 26ª Promotorias de Justiça compete atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais, cíveis e criminais, em curso junto à 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.

b) Às 16ª e 22ª Promotorias de Justiça compete atuar nos feitos judiciais e extrajudiciais, cíveis e criminais, em curso junto à 2ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas “g” e “h” do inciso I.I, ÁREA CRIMINAL, do art. 4º da Resolução nº 104/2015-CPJ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 04 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ESTHER LOUISE ASVOLINSQUE PEIXOTO

Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça